

FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRECTO PORTUGAL-BRASIL: Uma Caracterização Geral



Documentos de Trabalho

FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRECTO PORTUGAL-BRASIL: Uma Caracterização Geral

Por

António Mendonça (Responsável)
Manuel Farto
Elivan Ribeiro
João Dias

António Romão (Consultor)

DT 31

2001

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade do seu autor e não reflectem necessariamente posições do Ministério da Economia.

Ficha Técnica

Título:	Fluxos de Investimento Directo Portugal-Brasil: Uma Caracterização Geral
Autor:	António Mendonça (Responsável); Manuel Farto; Elivan Ribeiro; João Dias; António Romão (Consultor)
Editor:	GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia Rua José Estêvão, 83-A4º Esqº 1169-153 LISBOA Gepe@mail.telepac.pt www.gepe.pt
Concepção:	Princípio Activo - Projectos de Comunicação e Imagem, Lda.
Impressão e acabamento:	Medigráfica, Lda.
Tiragem:	1 500 exemplares
Edição:	Lisboa, Janeiro 2001
ISBN:	972-8170-65-3
Depósito legal:	

Índice

Nota de Enquadramento	5
Apresentação	7
1. Introdução	9
2. Os Fluxos de Investimento Directo Portugal-Brasil:	
Características Gerais	
2.1 Evolução Recente do IDE em Portugal e no Brasil	11
2.2 O Investimento Directo de Portugal no Brasil e no Exterior	14
2.3 O Investimento Directo do Brasil em Portugal (IDBP)	16
2.4 O Investimento Directo de Portugal no Brasil (IDPB)	19
2.5 O IDE Português no Brasil e o IDE Brasileiro em Portugal:	
Uma Comparação	24
3. Observações Finais	25
4. Anexo Estatístico ao Ponto 2	28
5. Documentos Publicados	38

Nota de Enquadramento

Este Documento de Trabalho é uma componente de um projecto bem mais amplo, denominado "**Oportunidades de Negócios Portugal - Brasil**".

Este projecto, que se deseja dinâmico e em permanente ajustamento, tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do Ministério da Economia em parceria com entidades nacionais e estrangeiras.

Os seus objectivos nucleares são:

- Avaliar o quadro de potencialidades de investimento e de trocas recíprocas e equacionar as linhas de actuação mais adequadas;
- Analisar as condições de sucesso da deslocalização de empresas entre os espaços em estudo;
- Detectar a penetração e respectivas modalidades no Mercosul, a partir do Brasil e, no mercado europeu, tendo como plataforma Portugal;
- Antecipar hipóteses de evolução futura das relações económicas entre os dois países, tendo em conta os previsíveis desenvolvimentos dos respectivos processos de integração regional e a sua articulação com o processo mais geral de globalização económica.

Na sua implementação, privilegiou-se o estabelecimento de contactos quer em Portugal quer no Brasil com diversas entidades públicas e privadas, designadamente as Universidades e as Associações Empresariais.

Assim, nasceu, no Brasil, a cooperação com a Fundação Getúlio Vargas, FGV, já materializada no estudo sobre "Incentivos ao Investimento no Brasil", a partir do qual já se realizaram sete publicações conjuntas com o ICEP. Outros campos de trabalho e de cooperação estão em perspectiva quer com a FGV quer com entidades como a FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e a FIESP- Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo.

Em Portugal, no âmbito do projecto "Oportunidades de Negócio Portugal – Brasil" a cooperação estabelecida com o CEDIN/ISEG originou o trabalho de tipificação do investimento "Portugal - Brasil", cujos resultados são agora tor-

nados públicos neste e em próximos Documentos de Trabalho do GEPE. Devo realçar que esta cooperação com o CEDIN não se circunscreve aos Documentos de Trabalho, uma vez que este centro de investigação universitário participou desde o início no projecto, estando ligado mesmo à sua concepção, através da equipa coordenada pelo Professor António Mendonça, sendo os contactos no Brasil estabelecidos pela Professora Elivan Ribeiro.

Uma vez realizados estes trabalhos, interessa um balanço.

A melhor maneira, em minha opinião, consiste na realização de uma série de Seminários descentralizados e em parceria com o meio empresarial com o objectivo de dar a conhecer e avaliar o que já foi feito.

Do debate em seminários sairão certamente novas ideias e novos caminhos bem como processos de trabalho inovadores para o seu prosseguimento. Mas o que nos preocupa, acima de tudo, é como estruturar algo de permanente que permita acompanhar o evoluir desta realidade de tão grande interesse para o meio empresarial português.

O GEPE e o ICEP, pivots deste projecto no âmbito do Ministério da Economia, estão empenhados em encontrar os mecanismos adequados.

Novembro 2000

João Abel de Freitas

Apresentação

Este trabalho é o primeiro de uma série de três que abordam a problemática dos fluxos de investimento directo entre Portugal e o Brasil. Eles constituem o resultado de um estudo realizado durante o ano 2000 no âmbito do CEDIN – Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional e em articulação com o GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia.

Integrado num projecto mais amplo denominado "Oportunidades de Negócio Portugal – Brasil", em que participa também uma equipa brasileira da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, este estudo procurou, sobretudo, proceder a uma caracterização dos fluxos de investimento directo realizados nos dois sentidos, situá-los no contexto mais geral dos fluxos de investimento directo internacional e detectar as suas determinantes fundamentais e principais factores de bloqueio ou de estímulo, de forma a criar um quadro de referência, não apenas para uma melhor definição das políticas por parte das autoridades portuguesas mas, também, para melhor avaliar as potencialidades de expansão de negócios para as empresas portuguesas.

Após este primeiro trabalho, em que é feita uma caracterização geral dos fluxos de investimento directo cruzados, seguir-se-á um segundo em que a atenção se concentrará nos investimentos das empresas portuguesas no Brasil e um terceiro que incidirá sobre os investimentos das empresas brasileiras em Portugal.

Como se disse antes, o estudo foi realizado no âmbito do CEDIN por uma equipa que integrou, para além do autor destas linhas como responsável, os colegas do ISEG Manuel Farto e Elivan Ribeiro, respectivamente, Professor Associado e Professora Auxiliar do Departamento de Economia, João Dias, Professor Auxiliar do Departamento de Matemática e o Dr. Miguel Fonseca, assistente estagiário da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e mestrando do ISEG. Esta equipa contou com o apoio, como consultor, do Professor António Romão, Professor Catedrático do Departamento de Economia do ISEG.

De referir ainda e agradecer o apoio prestado pelo Dr. Francisco Rêgo Chaves, do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, na pesquisa de informação e estabelecimento de contactos no Rio de Janeiro.

António Mendonça

Novembro 2000

1. Introdução

A inserção de Portugal nos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) adquiriu nos últimos anos uma característica qualitativamente nova: de país tradicionalmente importador líquido de capitais, Portugal, passou à categoria de exportador líquido.

Para se ter uma ideia da dimensão desta nova realidade do país refira-se que, em 1999, o volume de Investimento Directo Português no Exterior (IDPE), em termos líquidos, foi cerca de cinco vezes o Investimento Directo Estrangeiro em Portugal (IDEP).

Olhando um pouco para trás verifica-se que esta nova qualidade da inserção internacional da economia portuguesa começa a desenhar-se na viragem da década de 80 para a de 90, curiosamente, acompanhando também um aumento dos fluxos de entrada do IDE em Portugal. Depois de uma quebra no ano de 1994, coincidindo, de certo modo, com a manifestação da recessão internacional no país, o IDPE dispara em 1995, passando a partir daí a crescer de forma verdadeiramente exponencial, atingindo o seu máximo em 1998 com um total de 2564 milhões de euros (IDPE líquido). Em 1999 o valor mantém-se sensivelmente ao mesmo nível, com um total de 2548 milhões de euros.

Para esta verdadeira explosão do investimento português no exterior contribuíram decisivamente os investimentos efectuados pelas empresas portuguesas no Brasil que, em cerca de cinco anos, passaram da expressão mínima de 1% do total do IDPE para cerca de 60% em 1999, depois de, em 1998, terem atingido o peso excepcional de 134%, em resultado de fortes desinvestimentos verificados noutros países.

Ainda é cedo para saber se esta qualidade de investidor líquido no exterior constitui a expressão de uma característica nova, estrutural, da economia portuguesa ou se, simplesmente, não passa de um fenómeno conjuntural associado ao processo de internacionalização das empresas portuguesas, e reforçado pela forte volatilidade que se verificou, também nos últimos anos, em relação aos fluxos de investimento directo estrangeiro em Portugal. Porém, uma coisa é certa, a transformação do país em investidor externo, no

que diz respeito ao IDE, está fortemente ligada ao investimento das empresas portuguesas no Brasil, verificado nos últimos anos, reflectindo uma orientação estratégica de internacionalização que parece estar ainda em processo de desenvolvimento.

Em contraste, com o interesse das empresas portuguesas pelo Brasil, as empresas brasileiras não parecem revelar idêntico interesse por Portugal, o que se traduz numa balança de IDE fortemente desequilibrada, em aparente contradição com as dimensões económicas relativas dos dois países.

Tendo como pano de fundo esta nova dinâmica da inserção internacional da economia portuguesa pretende-se, com este trabalho, fazer uma caracterização geral dos fluxos de investimento directo entre Portugal e o Brasil.

Esta caracterização insere-se num trabalho mais amplo, que visa identificar as determinantes fundamentais destes fluxos bilaterais de investimento e, a partir daí, clarificar as condições para uma melhor definição de políticas relativas ao investimento directo por parte das autoridades portuguesas.

Gostaríamos ainda de chamar a atenção para alguns problemas encontrados na elaboração do trabalho e que têm fundamentalmente a ver com a dificuldade na obtenção de dados estatísticos relevantes.

Em relação às fontes brasileiras, refira-se a dificuldade em encontrar dados actualizados sobre o investimento directo no exterior, em particular sobre os países de destino deste mesmo investimento. Além disso, não se conhecem, até ao momento, os dados sobre o investimento directo no Brasil por países de origem, para os anos de 1998 e 1999. Outro problema, ainda, tem a ver com a não coincidência entre as definições de investimento directo seguidas pelo Brasil e pelas organizações internacionais.

Quanto a Portugal, refiram-se as sucessivas correcções às séries estatísticas publicadas, sobretudo para os anos mais recentes, justamente os mais importantes para este trabalho.

De qualquer forma, estas limitações não são de molde a pôr em causa os resultados aqui apresentados.

2. Os Fluxos de Investimento Directo Portugal-Brasil: Características Gerais

2.1 Evolução Recente do IDE em Portugal e no Brasil

As inserções de Portugal e do Brasil nos fluxos de investimento directo internacional reflectem tendências gerais, assumindo no entanto, cada uma delas, especificidades próprias.

Um elemento de referência inevitável é o fenómeno da globalização da economia mundial, no quadro da qual a deslocalização das unidades de produção para vários países, bem como a mobilidade dos capitais à escala mundial em busca de rentabilidade, se amplificaram consideravelmente nos anos recentes.

Mas podemos referir outros elementos que interagem com a globalização (que a reforçam ou que são por ela influenciados). Refiram-se, entre outros, as correntes de liberalização hoje tão marcantes, que têm induzido a uma muito maior abertura das diversas economias. Não se trata apenas das alterações institucionais geradas pelos acordos internacionais, mas de posições doutrinárias que propõem uma leitura muito mais positiva da importância da abertura económica, em geral, e do papel do IDE em particular.

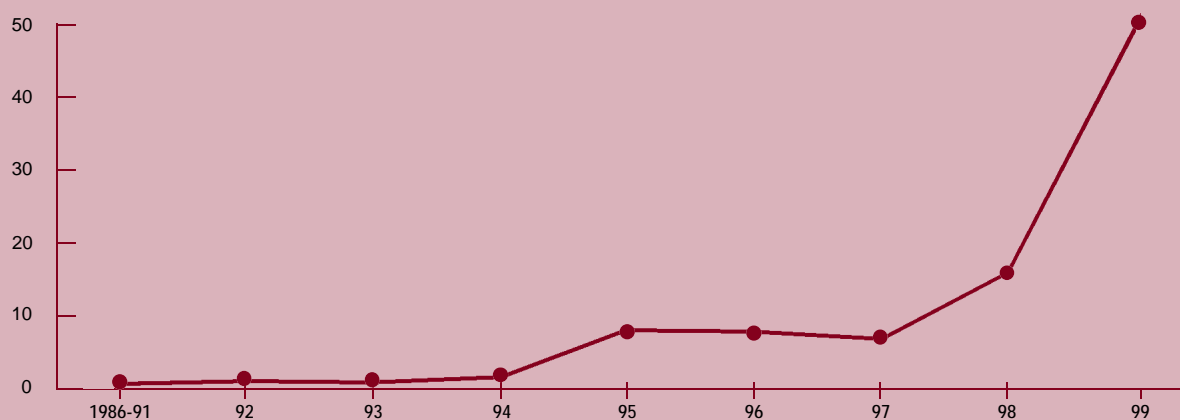
Esta liberalização traduz-se, também, pela rejeição da ideia de uma intervenção forte do Estado na economia, assistindo-se, por isso, a uma vaga mais ou menos generalizada de privatizações um pouco por todo o lado. Assim, parte significativa do investimento directo em Portugal e no Brasil decorre directamente do facto de se conjugar uma maior abertura em relação ao capital estrangeiro com o aparecimento de oportunidades decorrentes das privatizações entretanto realizadas em cada um dos países.

Naturalmente, a ligação a esquemas de integração regional, de Portugal em relação à União Europeia e do Brasil em relação ao Mercosul facilitaram também e tornaram mais atractivo o IDE em cada um deles. Além disso, a nova consciência da necessidade de internacionalização e do apoio e mesmo promoção do Estado a essa internacionalização, bem como os incentivos dados para a captação de investimento directo estrangeiro contribuíram, sem dúvida, para a forte subida dos fluxos de entrada e saída registados nos últimos anos. Claro que, particularmente no que se refere a Portugal, o crescimento do investimento directo no exterior não teria sido possível sem

a criação de uma dimensão crítica, capacidade financeira e dinâmica empresarial tornadas possíveis pelo crescimento económico do país e que potenciaram a consolidação de alguns grupos empresariais.

Ao longo da última década, a abertura e a captação de IDE em Portugal precedeu a do Brasil. Não apenas a integração regional mas também as privatizações em Portugal se processaram mais cedo. A captação de IDE em Portugal no princípio dos anos noventa é, em termos relativos, mais significativa que a do Brasil. Mesmo em termos absolutos, Portugal regista um maior volume de IDE até 1993. A partir daí, todavia, o IDE no Brasil cresce a uma taxa muito superior à do IDE em Portugal, pelo que a relação entre estes fluxos passa de 1,2 favorável a Portugal (média do período 1987-92) para 51 favorável ao Brasil, em 1999 (Fig. 2.1 e Anexo 2.1).

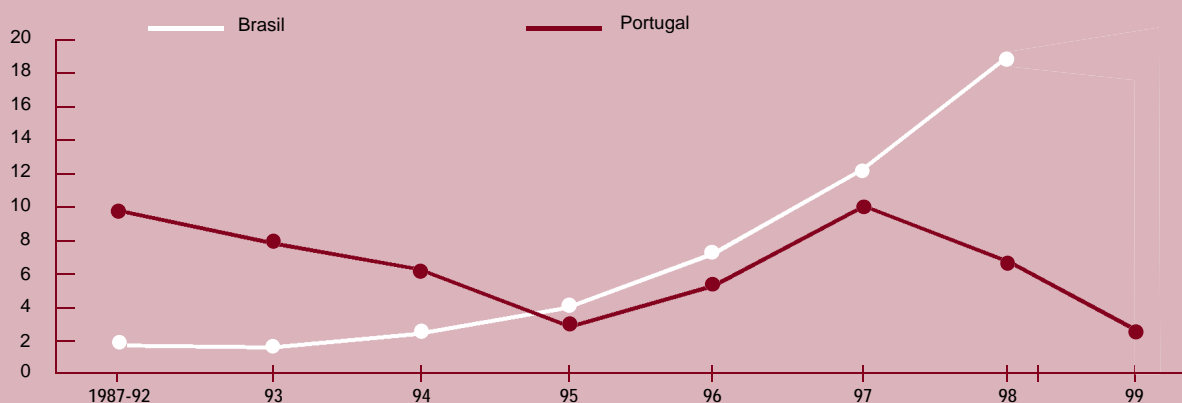
Fig. 2.1
Rácio entre o IDE no Brasil e o IDE em Portugal
(valores líquidos)



Fonte: CNUCED, World Investment Report, vários anos

Em termos de importância do IDE nas respectivas economias, os gráficos seguintes (Fig. 2.2 e Fig. 2.3) apresentam o seu peso em termos de FBCF e em relação ao PIB. No primeiro caso, em Portugal o IDE representava, em média, 9,7% da FBCF no período imediatamente a seguir à integração europeia (e às primeiras privatizações). Este valor iria no entanto decair para 2,8% em 1995 (num período de menor dinamismo da economia mundial), retomando valores mais elevados nos anos seguintes. Nos últimos anos, apesar do crescimento do investimento bruto, aumentou também fortemente o desinvestimento (Anexo 2.2.), o que se traduziu numa nova quebra do rácio.

Fig. 2.2
Peso do IDE (líquido) na FBCF (%)

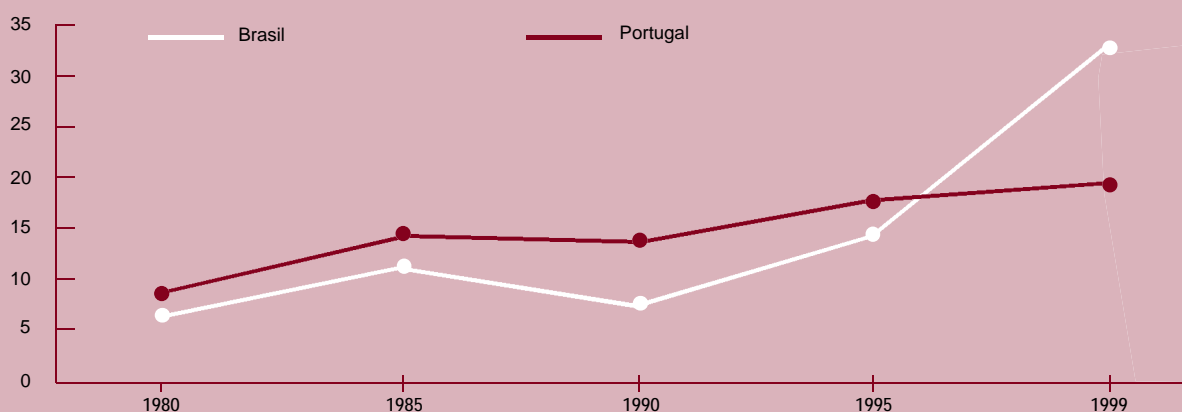


Fonte: CNUCED, WIR; FMI, IFS; BP

O caso do Brasil é bem distinto: no primeiro período, o peso do IDE na FBCF era apenas de um quinto do que se verificava em Portugal. Todavia, a sua progressão é contínua a partir de 1993, ultrapassando mesmo Portugal a partir de 1995. Assim, em 1998 o IDE no Brasil representava já 18,6% da FBCF, enquanto em Portugal este valor não ultrapassava os 6,4%.

Este forte crescimento vai também levar a que, em termos de *stock*, o peso do IDE no PIB do Brasil atinja, ou mesmo ultrapasse, o valor observado em Portugal: 20,2% e 19,8%, respectivamente, em 1998 e 33,2 e 19,4 em 1999 (o valor de 1999, para o caso do Brasil, é afectado pela forte desvalorização do real ocorrida nesse ano).

Fig. 2.3
Peso do *Stock* de IDE no PIB (%)



Fonte: CNUCED, WIR; FMI, IFS; BP e BCB. Para 1999: estimativa

A importância distinta do IDE nas economias portuguesa e brasileira não deixa de estar associada à diferente capacidade de atracção revelada pelos dois países nos últimos anos.

Partindo de uma posição inferior à de Portugal no período 1987-92, o Brasil foi-se impondo progressivamente como um pólo atractor de IDE até atingir o peso de 4,46% no total mundial de fluxos de IDE (Quadro 2.1).

Quadro 2.1 Peso de Portugal e do Brasil nos Fluxos Totais de IDE (valores líquidos)

	Portugal		Brasil	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
1987-92	0.97	0.12	0.87	0.11
1993	0.70	0.06	0.59	0.23
1994	0.50	0.10	1.02	0.22
1995	0.21	0.19	1.66	0.32
1996	0.38	0.20	2.92	0.14
1997	0.55	0.40	4.04	0.35
1998	0.28	0.45	4.46	0.40

Fonte: CNUCED, WIR

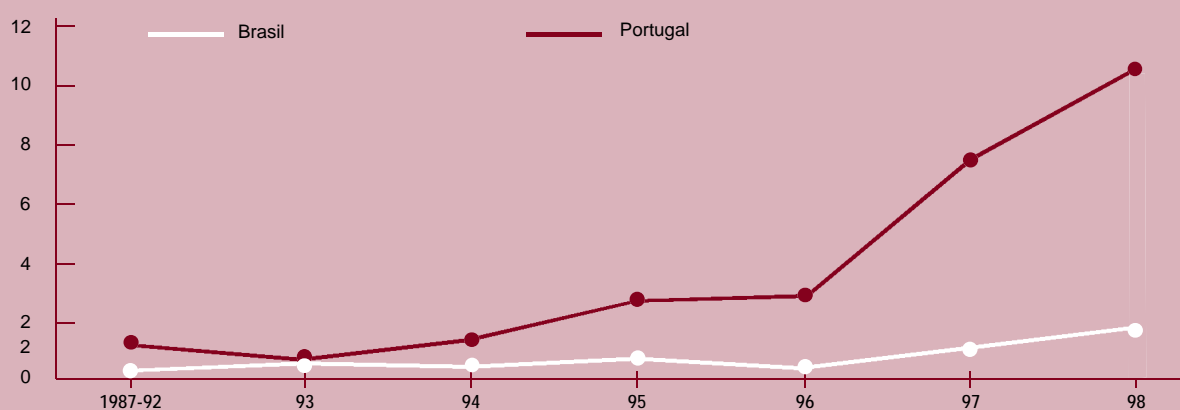
Em contrapartida, em Portugal verificou-se uma evolução inversa. Depois de representar cerca de 1% do total dos fluxos de IDE, no período de 1987-92, Portugal foi perdendo progressivamente importância, registando um dos valores mais baixos em 1998, com 0,28% do total dos fluxos de IDE, evidenciando uma significativa perda de capacidade de atracção em relação a este tipo de investimento.

2.2 O Investimento Directo de Portugal e do Brasil no Exterior

Já no que diz respeito ao investimento directo no exterior os comportamentos de Portugal e do Brasil são bem diferentes dos observados no ponto anterior onde, como vimos, o peso do IDE na economia do Brasil rapidamente ultrapassou o valor registado em Portugal. Ao contrário, em termos de origem de fluxos, o Brasil ainda não arrancou como forte investidor externo

apesar de, também neste domínio, se notar já algum crescimento. De qualquer forma, o investimento directo do Brasil no exterior ainda não ultrapassava 1,7% da FBCF em 1998 e, em termos de *stock*, ficava-se pelos 1,3% do PIB. Ainda neste mesmo ano, a relação entre o investimento directo estrangeiro no país e o investimento directo do país no exterior era de onze para um.

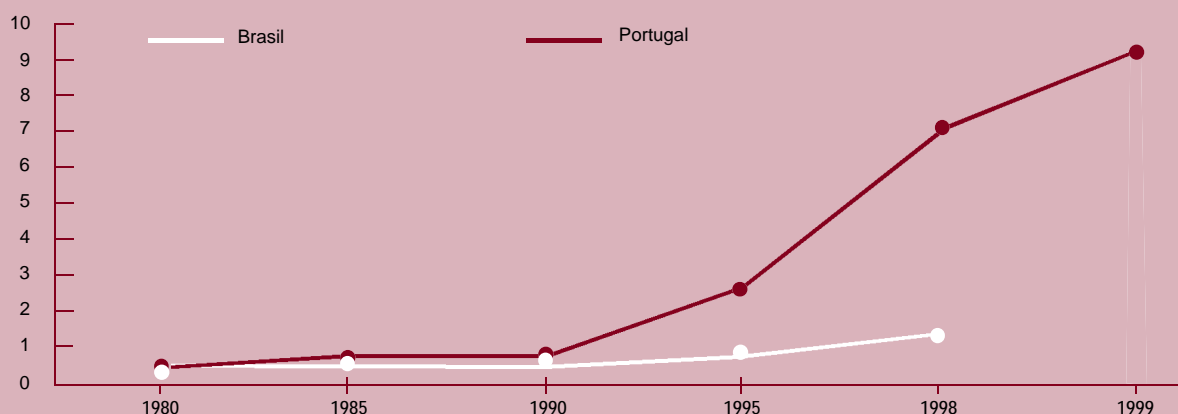
Fig. 2.4
Peso do ID no exterior na FBCF



Fonte: CNUCED, WIR; FMI, IFS; BP

Em relação a Portugal, o crescimento do investimento directo no exterior acentua-se fortemente a partir de 1995. Em 1998 o investimento directo no exterior já representava 10,6% da FBCF e, em termos de *stock*, 7,1% do PIB. Em 1999, estes valores foram, respectivamente, 9,4% e 9,2%. Mesmo em valor absoluto, o investimento directo de Portugal no exterior ultrapassa o do Brasil a partir de 1996. Nos dois últimos anos o investimento directo de Portugal no exterior excede também o investimento directo estrangeiro em Portugal. Esta inversão completa leva a que, em 1999, Portugal invista no exterior, em termos líquidos, cerca de cinco vezes o valor do investimento que recebe do exterior (Anexo 2.8.).

Fig. 2.5
Stock do Investimento Directo Líquido de Portugal e do Brasil no Exterior (em % do PIB)



Fonte: CNUCED, WIR; FMI, IFS; BP .

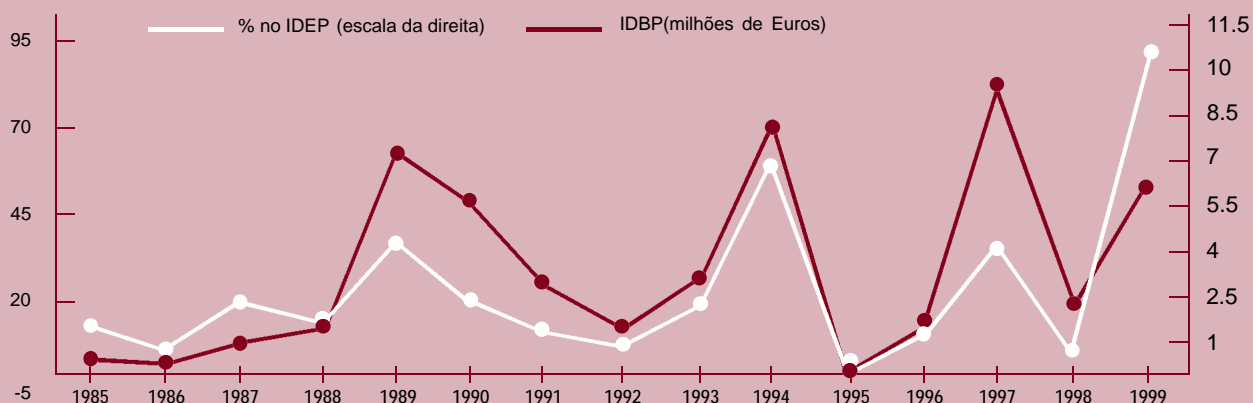
A importância relativa dos dois países em termos de fluxos totais mundiais de investimento no exterior pode igualmente ser vista no quadro 2.1, apresentado no ponto anterior.

Regista-se uma evolução muito semelhante de Portugal e do Brasil, com aumento dos respectivos pesos nos fluxos totais de IDE, embora com vantagem para Portugal a partir de 1996. De qualquer forma, os valores em causa são pouco significativos a nível mundial, com Portugal a representar 0,45% e o Brasil 0,4% em 1998.

2.3 O Investimento Directo do Brasil em Portugal (IDBP)

Os valores do investimento directo do Brasil em Portugal têm sido pouco expressivos. O gráfico seguinte mostra a importância destes fluxos em valor (milhões de euros) e em relação ao IDE total captado por Portugal, para o período 1985-1999. Em termos de valor, o pico foi atingido em 1997, com 83 milhões de euros. Em termos de peso no total o máximo foi atingido em 1999, com 10,7%. Todavia este pico em termos de percentagem não se deve a um forte aumento do valor do investimento do Brasil em Portugal nesse ano (de facto, o valor envolvido é muito inferior ao observado em 1997), mas a uma redução substancial do IDEP líquido proveniente de outras origens, reflectindo a fraca capacidade de atracção de IDE por parte de Portugal já anteriormente referida.

Fig. 2.6
Investimento Directo do Brasil em Portugal (valores líquidos e %)



Fonte: Banco de Portugal

Como é fácil de constatar o IDE com origem no Brasil apresenta um comportamento algo errático, com fortes oscilações, em termos absolutos ou relativos, com picos nos anos de 1989, 1994 e 1997.

Em termos de hierarquização dos países de origem do IDEP, os valores do investimento directo do Brasil em Portugal não permitem ainda situar este país nos cinco primeiros lugares. Naturalmente, os países da União Europeia aparecem destacados. Em 1995, cerca de três quartos do *stock* de IDE em Portugal pertenciam a países membros da UE, com destaque para a França, Espanha, Reino Unido e Alemanha (Quadro 2.2.). Nos fluxos de investimento posteriores (período 1996-99) continuou a predominar o bloco de países da UE, embora os Estados Unidos tenham assumido o papel principal, com 19,2% das entradas líquidas. Dentro da União Europeia, a Holanda passa a surgir como a principal origem do IDEP, com 15% do total no período, seguida da Espanha com 14% e do Reino Unido com 12,3%. Os fortes desinvestimentos que a França tem vindo a efectuar em Portugal (sobretudo devido à retirada da Renault), conduziram a uma quebra substancial deste país no IDEP total, com apenas 1,6% dos fluxos líquidos entrados no período 1996-99.

Quadro 2.2
Distribuição, do IDEP por País de Origem (%)

	Stock	Fluxos
	1995	1996-1999
UE	80,1	60,8
Espanha	14,9	14,0
França	15,7	1,6
Reino Unido	13,8	12,3
Holanda	8,8	15,0
Bélgica/Luxemburgo	7,7	2,9
Itália	2,5	4,3
Outros	6,5	3,3
Extra-UE	19,9	39,2
EUA	5,8	19,2
Suíça	5,5	5,1
Brasil	1,8	2,8
Japão	0,9	0,7
Outros	5,9	11,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Banco de Portugal

Fora da Europa, o Brasil aparece em segundo lugar, mas a grande distância dos Estados Unidos e com um valor pouco expressivo de 2,8% do total de fluxos líquidos entrados no período.

Em síntese, retomam-se três ideias já anteriormente explicitadas. O Brasil tornou-se nos últimos anos um importante receptor de investimento directo estrangeiro, mas não é ainda um forte investidor internacional. Também por via disso, o peso do Brasil como origem do IDE em Portugal não é muito significativo. Assim, Portugal não se tem mostrado muito atractivo para os empresários brasileiros, uma vez que a parcela de investimento directo destinada a Portugal é muito baixa.

De acordo com os dados conhecidos para o período de 1988-92, as prioridades do Brasil têm-se orientado noutras direcções, surgindo em lugar destacado as Ilhas Cayman (não, obviamente, como um verdadeiro destino) e os Estados Unidos. Para anos posteriores não dispomos de dados mas é possível que a integração regional no âmbito do Mercosul tenha reforçado o IDBE neste espaço.

Quadro 2.3

Distribuição, do Investimento Brasileiro no Exterior, média 1988-92 (%)

Ilhas Cayman	33.2
Estados Unidos	32.8
Outros	9.4
Reino Unido	6.1
Portugal	3.3
Argentina	3.0
Antilhas Holandesas	2.8
Paraguai	2.1
Chile	2.0
Bahamas	1.7
Bermudas	1.5
Uruguai	1.3
Alemanha	0.9
Total	100.0

Fonte: Banco Central do Brasil, relatório 1993

Sublinhe-se, ainda, que nos últimos anos aumentaram substancialmente os fluxos de saída de capitais brasileiros em Portugal, integrando-se, deste modo, o Brasil na tendência mais geral que se verifica ao nível do IDE em Portugal (Anexo 2.4.)

Com efeito, os fluxos de saída adquirem uma importância muito significativa a partir de 1995, ano em que o investimento líquido brasileiro em Portugal é negativo e, desde aí, têm-se mantido a níveis relativamente elevados, à volta de 50% dos fluxos de entrada. Este é um fenómeno que requer, contudo, uma análise mais aprofundada, por forma a poderem tirar-se conclusões mais sólidas sobre o seu real significado, designadamente sobre a coincidência que se verifica entre o aparente desinvestimento brasileiro e o início da explosão do investimento português no Brasil.

2.4 O Investimento Directo de Portugal no Brasil (IDPB)

Por comparação com o IDE brasileiro em Portugal o IDE português no Brasil é um fenómeno muito recente e só ganha expressão significativa a partir de 1995, ano em que se produz um verdadeiro *Big Bang* de investimento português neste país.

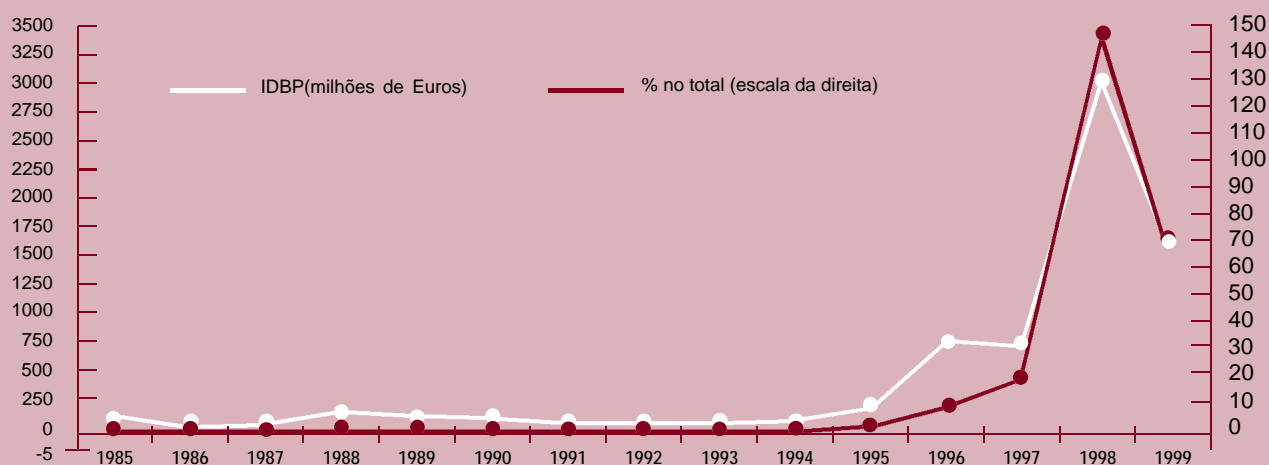
Com efeito, até 1994 o IDPB pode ser considerado inexpressivo, com excepção dos anos de 1989 e 1990 em que os fluxos rondam a casa dos 5 milhões de euros.

Em 1995 tudo muda. O investimento português no Brasil multiplica-se por onze vezes (em termos líquidos), relativamente ao ano anterior, e por oito em 1996, para duplicar no ano seguinte e, de novo, se multiplicar por oito em 1998. Neste ano, atinge-se o valor máximo do IDPB (líquido), com cerca de 3,5 mil milhões de euros, valor que irá cair para 43% (1,5 mil milhões de euros) em 1999.

É importante salientar que esta explosão do investimento português no Brasil é a principal responsável pelo forte incremento verificado no investimento português no exterior em geral.

Entre 1994 e 1999 o investimento directo total português no exterior (em termos líquidos) passa de 234,3 milhões de euros para 2547,7 milhões, ou seja, multiplica-se por onze, enquanto a parcela com destino no Brasil passa de 2,1 milhões de euros para 1497,4 milhões, isto é, multiplica-se por 713. Em termos percentuais, o IDPB passa, neste período, de menos de 1% do investimento directo total de Portugal no exterior para 59%, depois de, em 1998, ter atingido o valor excepcional de 134% (Fig. 2.7 e Anexos 2.5., 2.6. e 2.7.), em resultado do forte desinvestimento verificado noutros países, mais concretamente nas Ilhas Cayman, de acordo com os dados do Banco de Portugal. Naturalmente que os valores referentes a estas ilhas traduzem, mais do que desinvestimento, uma reorientação estratégica das decisões de investimento das empresas que não se reporta exactamente a este espaço mas a outras economias, incluindo o Brasil.

Fig. 2.7
O Investimento Directo Português no Brasil
(valores líquidos)



(milhões de Euros)

Fonte: Banco de Portugal

% do total

Sendo um investimento recente, compreende-se que, no que diz respeito ao Brasil, não haja diferença significativa entre os valores do IDPB bruto e do IDPB líquido. A tendência é para reforçar o investimento sendo o desinvestimento pouco significativo em termos agregados.

Já no que diz respeito ao investimento directo português total no exterior a mesma conclusão não se poderá aplicar. Com efeito, as taxas de desinvestimento, apesar de variáveis, apresentam-se com níveis significativos, o que traduz uma dinâmica diferente e, eventualmente, uma reorientação do investimento português, antes realizado noutros países, para o Brasil.

Quadro 2.4 Investimento Directo Estrangeiro no Brasil – IDEB

Distribuição por Países (%)

	Stock em 1995	Fluxo em 1996	Fluxo 1997	Fluxo Jan/Abr 200
Estados Unidos	25.5	25.8	28.6	38.7
Alemanha	13.7	2.8	1.3	2
Suíça	6.6	1.4	0.5	
Japão	6.3	2.5	2.2	0.6
França	4.8	12.7	8.1	15.3
Canadá	4.3	1.6	0.4	1.0
Reino Unido	4.2	1.2	1.2	1.2
Ilhas Virgens (Británicas)	4.1	4.7	1.1	1.7
Holanda	3.6	6.9	9.7	11.2
Itália	3.0	0.2	0.4	0.7
Ilhas Cayman	2.1	8.6	22.1	8.2
Uruguai	2.1	1.1	0.4	
Bermudas	2.0	0.4	1.6	1.8
Panamá	1.6	8.8	5.9	
Suécia	1.3	1.6	1.8	0.6
Bélgica	1.3	1.5	0.9	
Bahamas	1.2	1.0	2.0	1.9
Luxemburgo	1.0	3.8	0.4	0.7
Argentina	0.9	0.4	1.2	
Espanha	0.6	7.7	3.6	2.6
Portugal	0.3	2.6	4.5	4.9
Coreia do Sul	0.0	0.8	0.6	
Outros	9.7	2.2	1.7	7.0
Total	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil, Censo de Capitais Estrangeiros, 1998 e Nota para a imprensa, Maio 200

Em termos líquidos, os fortes investimentos de Portugal no Brasil nos anos mais recentes permitiram já posicionar Portugal num lugar importante enquanto investidor externo neste país. Assim, partindo de apenas 0,3% no stock total do IDEB em 1995, a posição portuguesa foi-se reforçando de forma acentuada nos últimos anos e, volvidos apenas dois anos, atingia já 4,5% dos fluxos de entrada de investimento directo no Brasil. Estes valores reforçam-se seguramente nos dois anos posteriores, embora não se disponham de dados compatíveis com os anteriores. De qualquer forma, estimativas por nós efectuadas tendo em conta os dados reportados por Portugal e pelo Brasil permitem apontar para valores da ordem dos 15% em 1998 e 5% em 1999. Os valores entretanto já conhecidos para 2000 mantém Portu-

gal numa posição importante, com cerca de 5% do total do IDEB, ocupando a quinta posição enquanto investidor externo neste país. De novo, realça-se aqui o ano de 1998 como sendo excepcional em termos de investimento directo de Portugal no Brasil.

Note-se que as privatizações entretanto realizadas no Brasil desempenharam um papel activo na captação de IDE neste país, atingindo valores entre um quarto e um terço do total de IDE nos anos mais recentes. E é justamente através das privatizações que se expressa de forma mais significativa a entrada de algumas das principais empresas portuguesas no Brasil.

Quadro 2.5
Investimento Directo Estrangeiro e Privatizações
no Brasil (10⁶ USD)

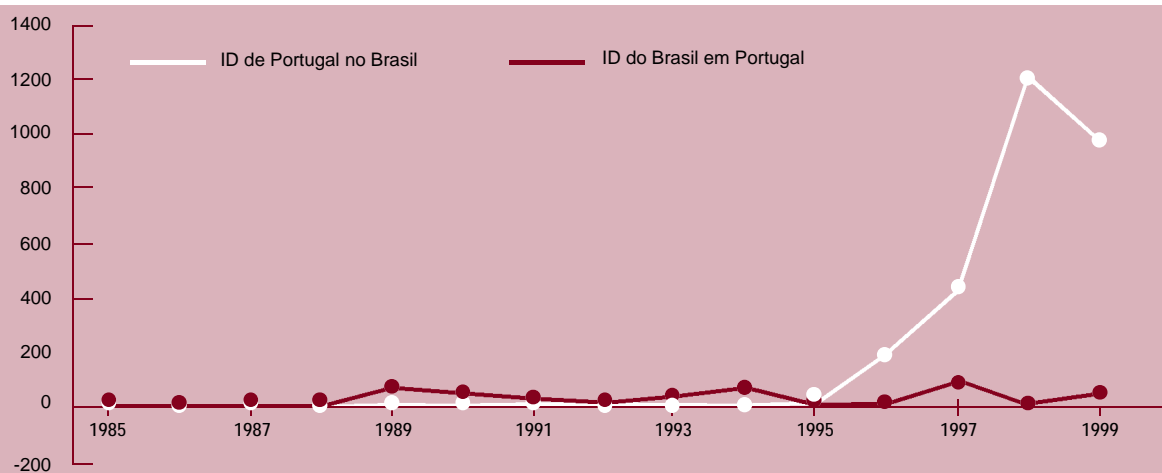
	Privatizações	Outros	Total	% Privatizações no Total
1995	-	5475	5475	-
1996	2645	7851	10496	25
1997	5249	13494	18743	28
1998	6121	22360	28480	21
1999	8768	22612	31397	28

Fonte: Banco Central do Brasil

2.5 O IDE Português no Brasil e o IDE Brasileiro em Portugal: uma Comparação

Para terminar esta caracterização geral dos fluxos bilaterais do IDE entre Portugal e o Brasil apresenta-se uma comparação dos valores líquidos nos dois sentidos (Fig. 2.8.)

Fig. 2.8
Portugal: IDE com origem no Brasil e investimento directo no Brasil (valores líquidos)



Fonte: CNUCED, WIR; FMI, IFS; BP

Mais uma vez se constata a importância que, para Portugal, assume o ano de 1995.

Com efeito, até 1994 o investimento brasileiro em Portugal suplanta bastante o investimento português no Brasil. Entre 1985 e 1994 a taxa de cobertura do investimento brasileiro pelo investimento português jamais ultrapassa a casa dos 13% (Anexo 2.8). A partir de 1995 tudo muda com o investimento português no Brasil a suplantar bastante o investimento brasileiro em Portugal até atingir um máximo de 174 vezes em 1998.

Note-se, contudo, que esta nova situação resulta exclusivamente da dinâmica do investimento português dado que em relação ao investimento brasileiro não se verifica qualquer mudança significativa na respectiva dinâmica mantendo-se dentro dos níveis e padrões anteriores.

3. Observações Finais

Pretendeu-se neste trabalho proceder a uma caracterização geral dos fluxos de investimento directo entre Portugal e o Brasil. O passo seguinte será passar a uma análise mais fina, que permita detectar as características sectoriais e as motivações empresariais das relações bilaterais do investimento directo, por forma a identificar os limites e as potencialidades do seu desenvolvimento futuro.

Entretanto, do trabalho já efectuado é possível extrair algumas conclusões que permitem delimitar e enquadrar de forma mais precisa o campo para a análise sectorial e empresarial.

A primeira conclusão é a de que a qualidade de investidor líquido no estrangeiro, adquirida por Portugal nos últimos anos, está fortemente associada ao interesse que as empresas portuguesas manifestaram pelo Brasil como destino dos seus investimentos directos externos. Pode, inclusive, avançar-se que o investimento directo no Brasil foi uma opção estratégica de internacionalização por parte das maiores empresas portuguesas.

A segunda conclusão é a de que o interesse das empresas portuguesas pelo Brasil não foi acompanhado por idêntico interesse das empresas brasileiras por Portugal. À explosão do investimento directo português no Brasil, não correspondeu nenhuma alteração substancial do padrão de investimento directo do Brasil em Portugal, que se manteve, com altos e baixos, a níveis relativamente modestos. Também, diferentemente do que parece estar a ocorrer com Portugal, o Brasil não revela nenhuma apetência recente pelo investimento directo no exterior e muito menos em Portugal.

A terceira conclusão é a de que o interesse das empresas portuguesas pelo Brasil não é específico de Portugal. O Brasil transformou-se, nos últimos anos, num dos pólos principais de atracção do IDE internacional, contrariamente aquilo que sucedeu com Portugal que viu a sua capacidade de atracção de investimento directo exterior diminuir substancialmente. Isto significa que as empresas portuguesas estão a apostar num terreno fortemente competitivo e de dimensão global o que, se por um lado, traduz aquisição de

competências e de dimensão crítica por parte dessas empresas, por outro, exige uma procura activa de factores específicos de diferenciação que só podem estar na língua e na cultura comuns.

A transformação do Brasil num importante pólo de atracção do IDE internacional, e não apenas de investimento português, é um resultado directo do processo de reformas iniciado no começo dos anos 90 e que se desenvolveu em cinco eixos fundamentais: estabilização de preços; abertura ao exterior, seja pela via comercial, seja pela via dos movimentos de capitais; privatizações; reforma do sistema financeiro e bancário; e, como corolário, reforma constitucional que eliminou diversas restrições às actividades dos capitais nacionais privados e estrangeiros.

As reformas tiveram um marco importante com a introdução da 3ª fase do Plano Real em 1 de Julho de 1994 e a adopção da nova moeda, o real. Nos três anos seguintes as taxas de inflação reduziram-se para níveis próximos dos países mais desenvolvidos, dando credibilidade interna e externa aos objectivos de equilíbrio macroeconómico definidos.

Ao mesmo tempo o processo de privatizações, iniciado verdadeiramente em 1991 com a criação do Programa Nacional de Desestatização, sofreu um forte impulso em 1995, com a concessão de serviços públicos nos sectores de infra-estruturas, depois de em 1993 se ter eliminado a maior parte das restrições aos capitais estrangeiros no controle das empresas a privatizar.

O afluxo de capitais externos acompanha, a par e passo, este processo de reformas e a grande explosão verificada a partir de 1994 não pode deixar de estar ligada às novas condições criadas na sequência do Plano Real.

A desvalorização do real em início de 1999 veio introduzir alguns elementos de perturbação e poderá explicar em parte a quebra verificada no afluxo de capitais portugueses durante esse ano. Todavia ainda não se dispõe de dados que permitam avaliar em toda a sua extensão os efeitos desta medida sobre o afluxo geral do IDE ao país.

As reformas económicas postas em prática permitiram, sem dúvida, potenciar os efeitos de atracção geradas pela dimensão do país e pela sua integração dominante no espaço regional do Mercosul fazendo do Brasil um local de afluxo privilegiado do IDE internacional.

A quarta e última conclusão é a de que o investimento directo português no Brasil, apesar do grande incremento verificado nos últimos anos, ainda ocupa uma posição modesta no conjunto do IDE no Brasil, o que não pode deixar de reflectir a dimensão económica do país e das próprias empresas.

Principais Fontes Estatísticas utilizadas

BCB - Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento (Brasil)

BP - Banco de Portugal

CEPAL - Comissão Económica para a América Latina e as Caraibas

CNUCED - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento: WIR - World Investment Report

FMI - Fundo Monetário Internacional: IFS - International Financial Statistics

DPP - Departamento de Prospectiva e Planeamento

4. Anexo Estatístico ao Ponto 2

Anexo 2.1

Fig. A 2.1.1
IDE (líquido) em Portugal e no Brasil (10⁶ USD)

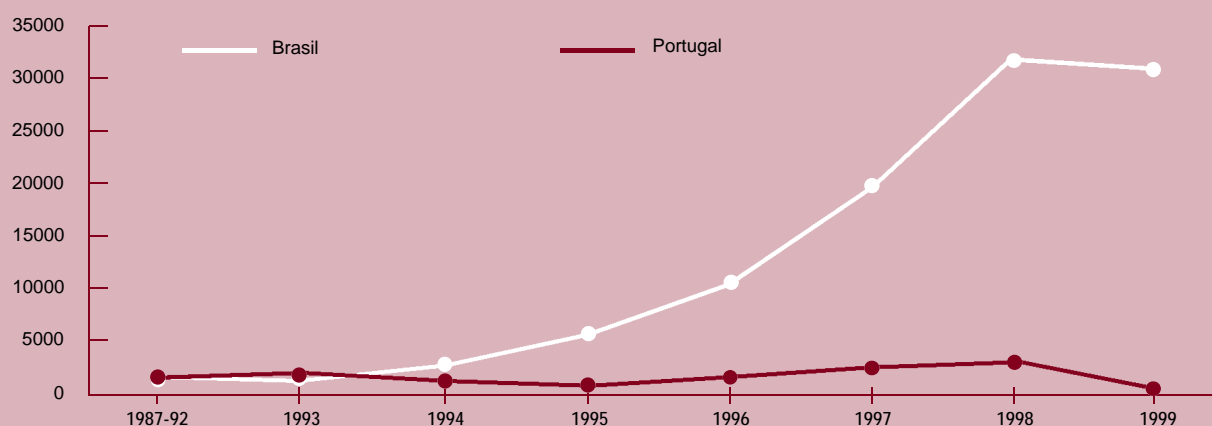
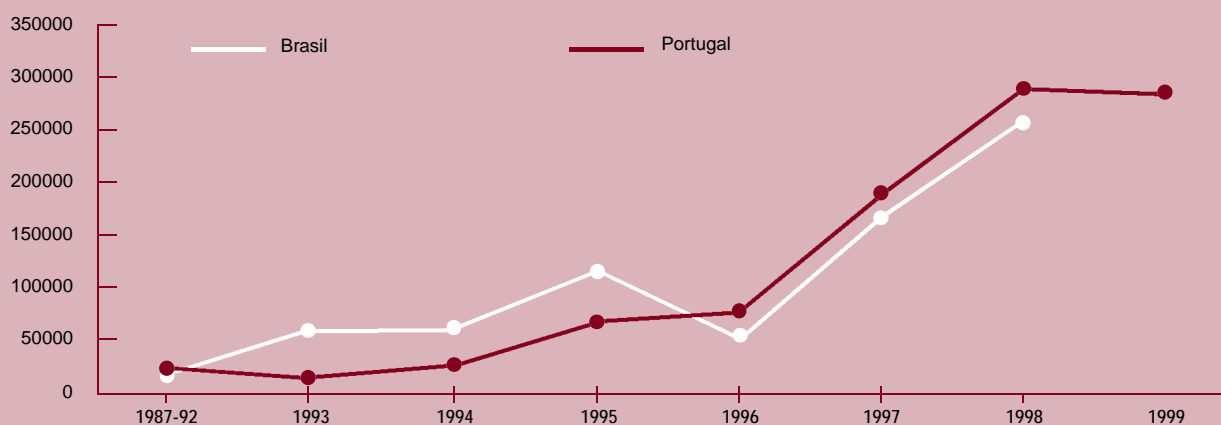


Fig. A 2.1.2
ID (líquido) com origem em Portugal e no Brasil (10⁶ USD)



Fonte: CNUCED (World Investment Report 1999), Banco de Portugal e Banco Central do Brasil

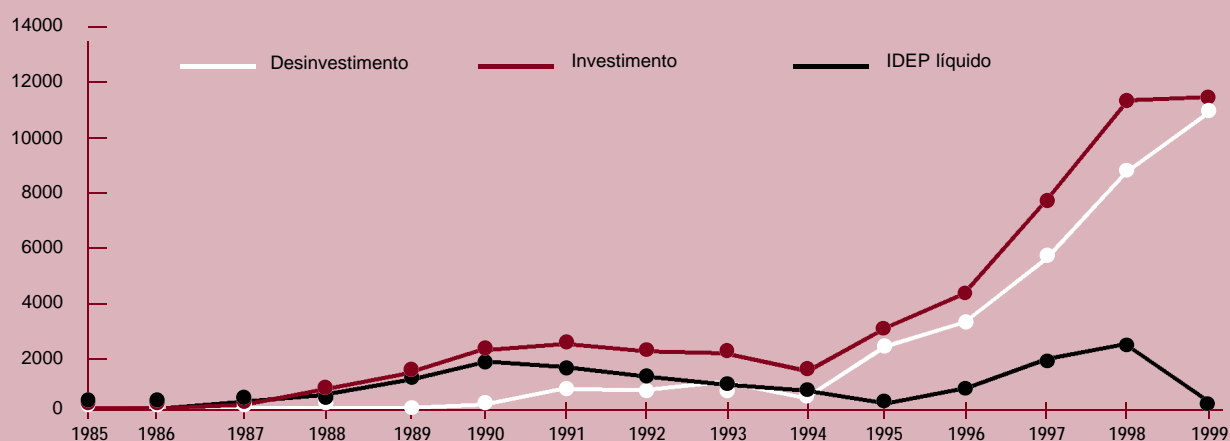
Anexo 2.2

Quadro A.2.2 Investimento Directo Estrangeiro em Portugal (10⁶ euros)

Anos	Investimento	Desinves- timento	IDEF (líquido)	Peso IDEF (líquido) na FBCF(%)	Peso IDEF (líquido) no PIB (%)
1985	262.4	12.9	249.5	5.2	1.2
1986	219.9	16.2	203.7	3.3	0.8
1987	413.8	51.3	362.5	4.6	1.2
1988	768.6	56.6	712.0	7.3	2.1
1989	1522.6	102.4	1420.2	12.7	3.4
1990	2448.5	385.3	2063.1	15.8	4.3
1991	2718.6	882.6	1836.0	13.0	3.3
1992	2403.3	910.0	1493.4	9.8	2.4
1993	2371.8	1128.6	1243.2	8.3	1.9
1994	1718.2	679.7	1038.5	6.3	1.4
1995	3236.7	2716.8	519.8	2.9	0.7
1996	4488.9	3438.5	1050.4	5.4	1.3
1997	7806.6	5816.9	1989.7	9.0	2.2
1998	11384.8	8839.6	2545.1	9.8	2.6
1999	11570.0	11051.4	518.6	1.9	0.5

Fonte: Banco de Portugal, DPPe Economie Européene

Fig. A 2.2.
Investimento Directo Estrangeiro em Portugal
(IDEF: 10⁶ Euros)



Fonte: Banco de Portugal

Anexo 2.3

Quadro A 2.3 O IDE (líquido) em Portugal: total e com origem no Brasil (10⁶ euros)

	Investimento		
	Total	Com origem no Brasil	% do Brasil
1985	249	4	1.5
1986	204	2	0.8
1987	363	8	2.3
1988	712	12	1.7
1989	1420	63	4.4
1990	2063	50	2.4
1991	1836	25	1.4
1992	1493	12	0.8
1993	1243	27	2.2
1994	1039	72	6.9
1995	520	0	0.0
1996	1050	13	1.2
1997	1990	83	4.2
1998	2545	20	0.8
1999	519	56	10.7

Fonte: Banco de Portugal

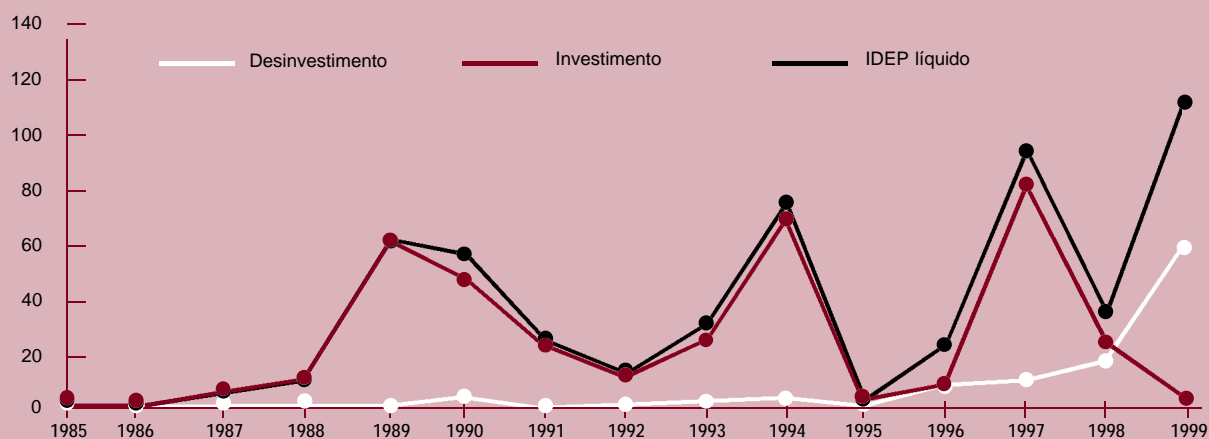
Anexo 2.4

Quadro A 2.4 Investimento Directo do Brasil em Portugal (10⁶ euros)

Anos	Investimento	Desinvestimento	IDEP (líquido)	Peso IDEP (líquido) na FBCF(%)	Peso IDEP (líquido) no PIB (%)
1985	3.8	0.0	3.8	0.1	0.0
1986	1.6	0.0	1.6	0.0	0.0
1987	8.4	0.1	8.3	0.1	0.0
1988	12.2	0.0	12.2	0.1	0.0
1989	62.9	0.0	62.9	0.6	0.2
1990	56.7	6.8	49.9	0.4	0.1
1991	25.3	0.1	25.2	0.2	0.0
1992	14.2	1.8	12.4	0.1	0.0
1993	31.4	4.4	27.0	0.2	0.0
1994	76.0	4.1	71.9	0.4	0.1
1995	1.5	1.8	-0.2	0.0	0.0
1996	24.2	11.7	12.6	0.1	0.0
1997	94.8	11.5	83.3	0.4	0.1
1998	37.9	18.1	19.8	0.1	0.0
1999	116.5	60.8	55.6	0.2	0.1

Fonte: Banco de Portugal, DPPe Economie Européene

Fig. A 2.4.
Investimento Directo do Brasil em Portugal
(IDEP: 10⁶ Euros)



Fonte: Banco de Portugal

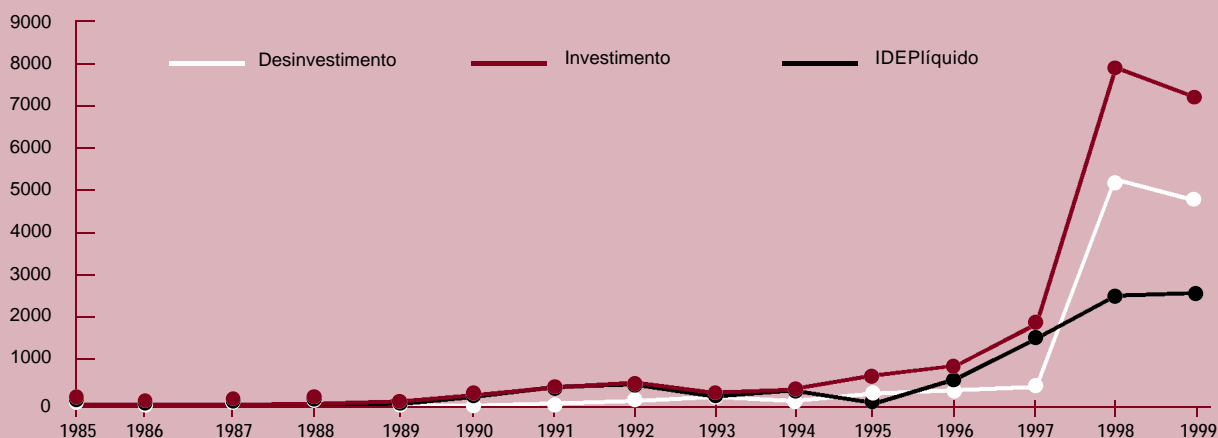
Anexo 2.5

Quadro A 2.5 Investimento Directo de Portugal no Exterior (10⁶ euros)

Anos	Investimento	Desinves- timento	IDEP (líquido)	Peso IDEP	
				(líquido) na FBCF(%)	(líquido) no PIB (%)
1985	20.0	0.8	19.2	0.4	0.1
1986	16.6	2.8	13.8	0.2	0.1
1987	26.3	34.4	-8.2	-0.1	0.0
1988	37.9	5.2	32.6	0.3	0.1
1989	79.3	4.7	74.6	0.7	0.2
1990	158.9	4.7	154.2	1.2	0.3
1991	377.4	37.7	339.7	2.4	0.6
1992	486.4	23.3	463.1	3.1	0.7
1993	265.3	152.6	112.7	0.8	0.2
1994	273.9	39.6	234.3	1.4	0.3
1995	690.1	174.7	515.4	2.9	0.7
1996	896.7	298.7	598.0	3.1	0.7
1997	1855.1	384.1	1471.0	6.6	1.7
1998	7928.2	5364.5	2563.7	9.9	2.6
1999	7342.5	4794.8	2547.7	9.4	2.4

Fonte: Banco de Portugal, DPPe Economie Européene

Fig. A 2.5.
Investimento Directo de Portugal no Brasil
(IDPB: 10⁶ Euros)



Fonte: Banco de Portugal

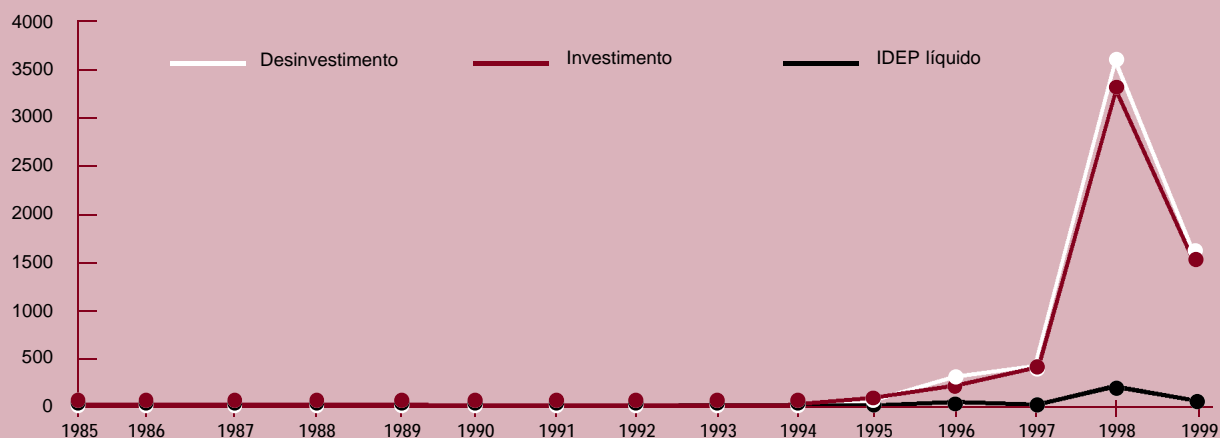
Anexo 2.6

Quadro A 2.6 Investimento Directo de Portugal no Brasil (10⁶ euros)

Anos	Investimento	Desinves- timento	IDEP (líquido)	Peso IDEP (líquido) na FBCF(%)	Peso IDEP (líquido) no PIB (%)
1985	0.1	0.0	0.1	0.0	0.0
1986	0.1	0.0	0.1	0.0	0.0
1987	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
1988	1.4	0.0	1.4	0.0	0.0
1989	4.3	1.7	2.6	0.0	0.0
1990	5.0	0.0	5.0	0.0	0.0
1991	0.5	0.0	0.5	0.0	0.0
1992	1.6	0.0	1.6	0.0	0.0
1993	0.3	0.7	-0.4	0.0	0.0
1994	2.1	0.0	2.1	0.0	0.0
1995	23.6	0.0	23.6	0.1	0.0
1996	238.6	46.0	192.6	1.0	0.2
1997	435.2	9.3	425.8	1.9	0.5
1998	3677.8	231.1	3446.7	13.3	3.5
1999	1554.4	57.0	1497.4	5.5	1.4

Fonte: Banco de Portugal, DPPe Economie Européene

Fig. A 2.6.
Investimento Directo de Portugal no Brasil (IDPB:
10⁶ Euros)



Fonte: Banco de Portugal

Anexo 2.7

Quadro A 2.7 O Investimento Directo (líquido) de Portugal no Exterior: Total e no Brasil (em milhões de eur os)

Investimento	Total	No Brasil	% do Brasil
1985	19	0	0.4
1986	14	0	0.5
1987	-8	0	0.0
1988	33	1	4.3
1989	75	3	3.5
1990	154	5	3.2
1991	340	0	0.1
1992	463	2	0.3
1993	113	0	-0.4
1994	234	2	0.9
1995	515	24	4.6
1996	598	193	32.2
1997	1471	426	28.9
1998	2564	3447	134.4
1999	2548	1497	58.8

Fonte: Banco de Portugal

Anexo 2.8

Quadro A 2.8 Taxa de Cobertura e Índice de Balassa dos Fluxos de ID em Portugal (%)

Taxa de Cobertura

Anos	Investimento Bruto		Investimento Líquido	
	C/Brasil	Global	C/Brasil	Global
1985	2	8	2	8
1986	4	8	4	7
1987	0	6	0	-2
1988	11	5	11	5
1989	7	5	4	5
1990	9	6	10	7
1991	2	14	2	19
1992	11	20	13	31
1993	1	11	-2	9
1994	3	16	3	23
1995	1523	21	-10981	99
1996	985	20	1533	57
1997	459	24	511	74
1998	9710	70	17445	101
1999	1334	63	2691	491
Acumulado	1048	38	1255	53

Índice de Balassa

Anos	Investimento Bruto		Investimento Líquido	
	C/Brasil	Global	C/Brasil	Global
1985	-96	-86	-96	-86
1986	-92	-86	-92	-87
1987	-100	-88	-100	-105
1988	-79	-91	-79	-91
1989	-87	-90	-92	-90
1990	-84	-88	-82	-86
1991	-96	-76	-96	-69
1992	-80	-66	-77	-53
1993	-98	-80	-103	-83
1994	-95	-73	-94	-63
1995	88	-65	102	0
1996	82	-67	88	-27
1997	64	-62	67	-15
1998	98	-18	99	0
1999	86	-22	93	66
Acumulado	83	-45	85	-31

Fonte: Banco de Portugal

Nota: A taxa de Cobertura é $(\mathbf{XK}_{ij} / \mathbf{MK}_{ij}) \cdot 100$ e o Indicador de Balassa é $(\mathbf{XK}_{ij} - \mathbf{MK}_{ij}) / (\mathbf{XK}_{ij} + \mathbf{MK}_{ij}) \cdot 100$, em que \mathbf{XK}_{ij} e \mathbf{MK}_{ij} são respectivamente as saídas de Capital dos país i para j e as entradas de Capital provenientes de j e com destino a i .

Fig. A 2.8.1.
Evolução da Taxa de Cobertura Global
IDPE/IDEP

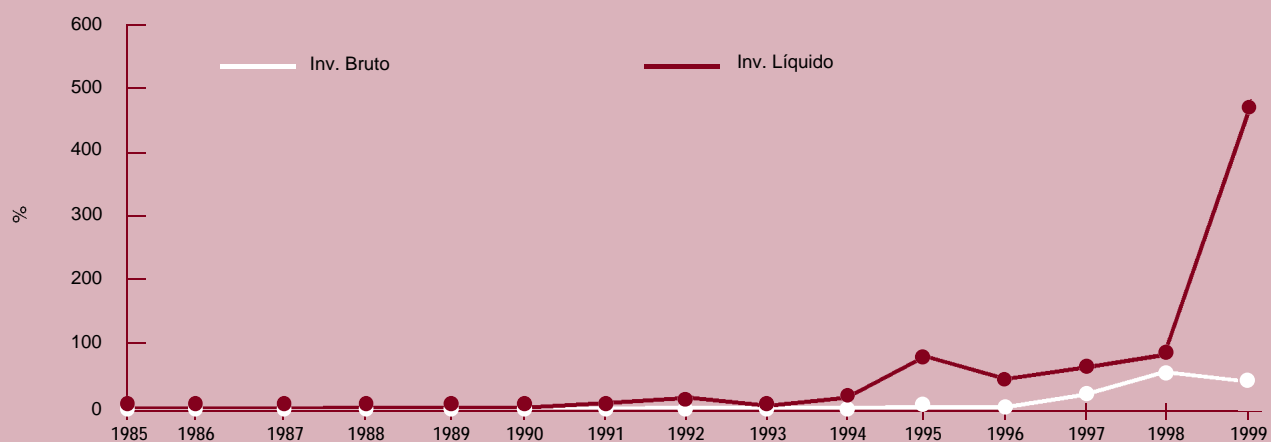


Fig. A 2.8.2.
Evolução da Taxa de Cobertura Bilateral
Portugal/Brasil

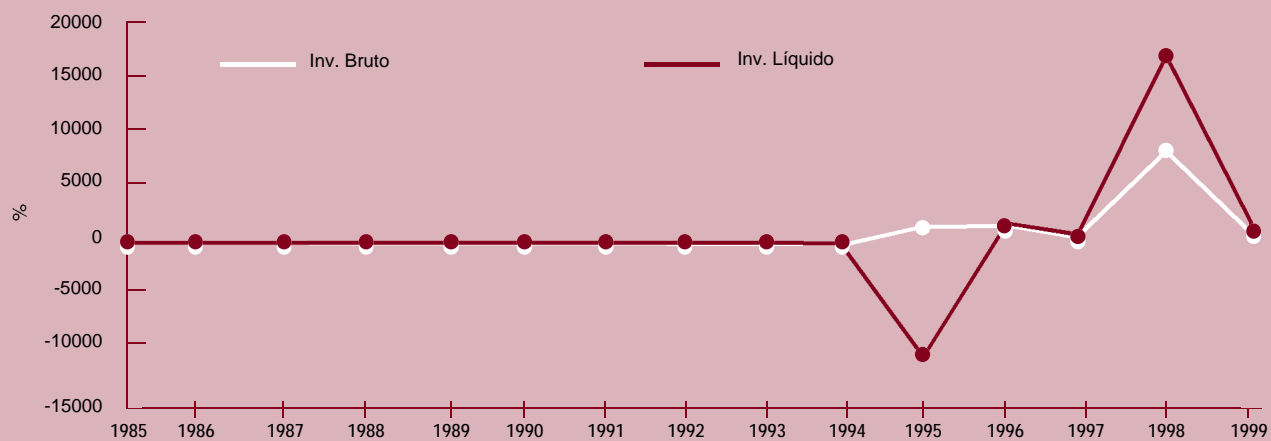


Fig. A 2.8.3.
Evolução do Índice de Balassa Global
(IDPE/IDEP)

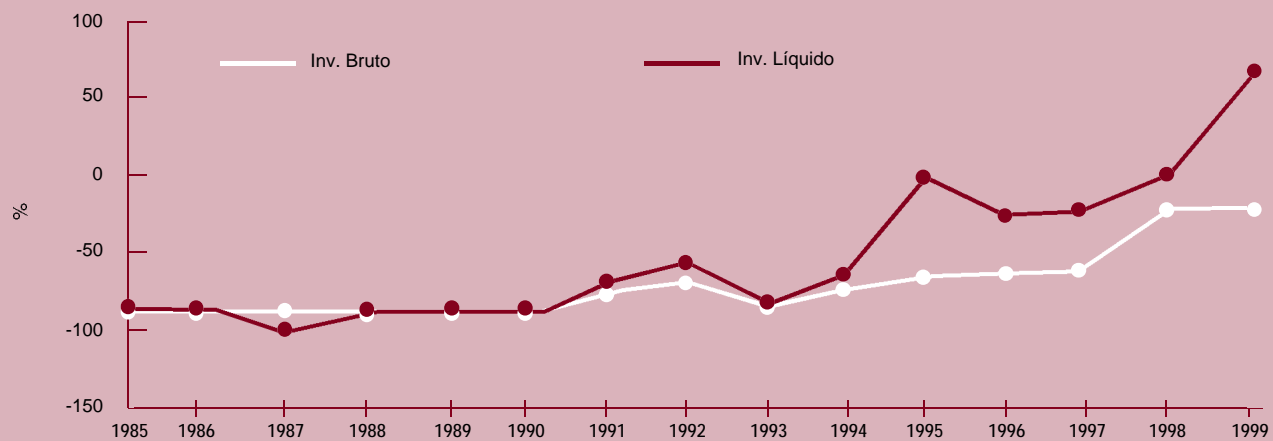
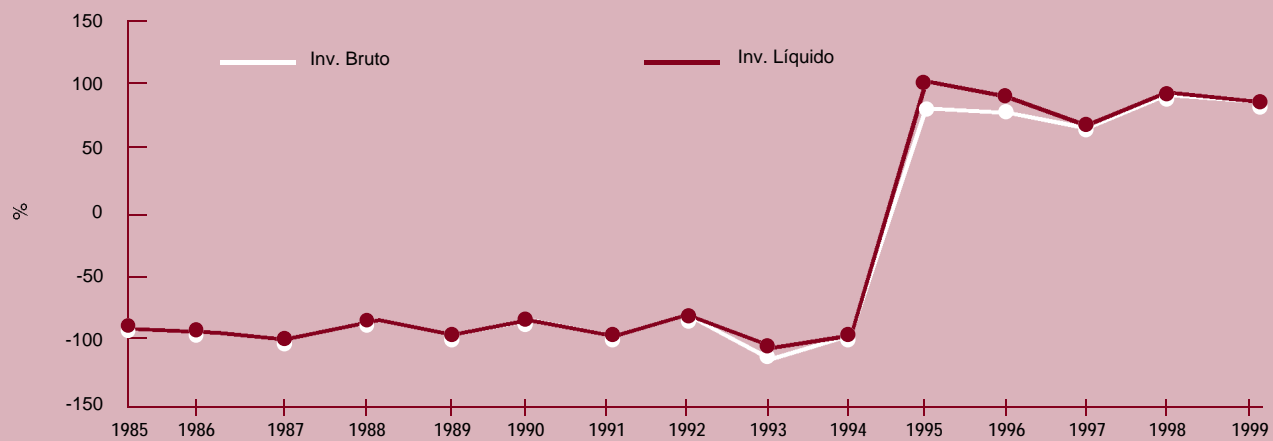


Fig. A 2.8.4.
Evolução do Índice de Balassa Portugal Brasil



5. Documentos Publicados

- DT 1
Nov. 96 **Política de Concorrência e Política Industrial**
António Nogueira Leite (esgotado)
- DT 2
Dez. 96 **Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego**
Paulino Teixeira (esgotado)
- DT 3
Jan. 97 **Ética e Economia**
António Castro Guerra (esgotado)
- DT 4
Mar. 97 **Padrões de Diversificação dos Grupos Empresariais**
Adelino Furtado (esgotado)
- DT 5
Maio 97 **Estratégias e Estruturas Industriais e o Impacto da Adesão à Comunidade Europeia**
António Brandão; Alberto Castro; Helder de Vasconcelos (esgotado)
- DT 6
Jun. 97 **Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado - Uma visão Prospectiva**
João Abel de Freitas (esgotado)
- DT 7
Jul. 97 **O Comércio a Retalho Português no Contêxto Europeu**
Teresinha Duarte
- DT 8
Out. 97 **Será a Globalização um Fenómeno Sustentável?**
Vitor Santos
- DT 9
Nov. 97 **Turismo Português - Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade**
António Trindade
- DT 10
Jan. 98 **União Europeia - Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social - Tendências Contraditórias**
Maria Eugénia Pina Gomes; Mário Lobo
- DT 11
Mar. 98 **Cooperação Comercial - Uma Estratégia de Competitividade**
Teresinha Duarte
- DT 12
Maio 98 **Globalização e Competitividade - O Posicionamento das Regiões Periféricas**
António Castro Guerra
- DT 13
Maio 98 **Determinantes do Desinvestimento em Portugal**
João Abel de Freitas
- DT 14
Jun. 98 **O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal**
José Diogo Costa

- DT 15 **Turismo, o Espaço e a Economia**
Jul. 98 João Albino Silva
- DT 16 **A Dinamização da Cooperação Interempresarial no Sector de Componentes de Automóvel: O Caso de Estudo ACECIA, ACE**
Nov. 98 Catarina Selada; Teresa Rolo; José Rui Felizardo; Luís Palma Féria
- DT 17 **O Euro, o Dólar e a Competitividade das Empresas Portuguesas**
Dez. 98 João Abel de Freitas; Sérgio Figueiredo; Vitor Santos
- DT 18 **Consumo Publicidade e Vendas Agressivas**
Dez. 98 Ana Luisa Geraldès
- DT 19 **Subsídios para a História do Sector em Portugal**
Fev. 99 Luís Palma Féria
- DT 20 **Mercosul: das Origens à Crise Actual**
Abr. 99 Franklin Trein
- DT 21 **Mercosul: da Estrutura à Política Comercial**
Maio 99 Elivan Rosas Ribeiro
- DT 22 **Tendências Pesadas no Contexto Nacional e Internacional Quelques Tendances Lourdes du Contexte National et International** (Edição bilingue)
Maio 99 Hugues de Jouvenel
- DT 23 **A Integração das Infra-estruturas Tecnológicas na Rede de Excelência para o Desenvolvimento da Indústria Automóvel em Portugal: Uma Metodologia de Avaliação**
Jun. 99 Catarina Selada; José Rui Felizardo; Luís Palma Féria
- DT 24 **Mercosul: Perspectivas da Integração**
Jul 99 Lia Valls Pereira
- DT 25 **O Papel da Pequena Empresa na UE Role of Small Businesses in the EU** (Edição bilingue)
Ag. 99 Franco Ianniello
- DT 26 **As Contrapartidas das Aquisições Militares Instrumento de Desenvolvimento Económico**
Fev. 2000 Luís Palma Féria
- DT 27 **A Nova Realidade do Euro e a Organização Mundial do Comércio: Algumas Reflexões.**
Fev. 2000 António Mendonça; Carla Guapo Costa
- DT 28 **A Região da Catalunha**
Jun. 2000 Isabel Barata; Aucendina Diogo
- DT 29 **Breve Caracterização da Economia Espanhola**
Out. 2000 Isabel Barata; Aucendina Diogo

- DT 30 **As Relações da União Europeia com os Países da Europa Central e Oriental - Perspectivas para um Novo Alargamento**
Out. 2000 Nuno Gama de Oliveira Pinto
- DT 31 **Fluxos de Investimento Directo Portugal-Brasil: Uma Caracterização Geral**
2001 António Mendonça (Responsável), Manuel Farto, Elivan Ribeiro, João Dias, António Romão (Consultor)